



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Reitoria

Comissão Central de Concurso Público
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

RETIFICAÇÃO Nº 04
ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Será retificado o conteúdo Conteúdo para a Prova Objetiva

TODOS OS CARGOS

(comum a todas as vagas na Prova Objetiva)

LINGUA PORTUGUESA

- 1) Texto e discurso, interpretação, tipologia, fatores de textualidade: coesão e coerência, intertextualidade, argumentação.
- 2) Língua, linguagem e multimodalidade, variação linguística, preconceito linguístico.
- 3) Significação das palavras e efeitos de sentido, denotação e conotação, figuras de linguagem;
- 4) Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática normativa da língua portuguesa: emprego de sinais de pontuação. Classes de palavras: função das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores. Emprego de tempos e modos verbais. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Ortografia de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, contemplando o Novo Acordo Ortográfico.

Referências

- BECHARA, Evanildo, *Moderna gramática portuguesa* Ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil *Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil*, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. - 3. ed., rev., atual. e ampl. - Brasília: Presidência da República, 2018.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2018.
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. São Paulo: Pontes

Editores, 2013.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria (org.). *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de textualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

- 1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Administração Pública - Art 37 a 41;
- 2) Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais: . Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações;
- 3) Licitação e Contratos; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações;
- 4) Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e suas alterações.
- 5) Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE): Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e suas alterações.
- 6) Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e suas alterações.
- 7) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações
- 8) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações – Título I, Das Disposições Preliminares (artigos 1º ao 6); Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (artigos 53 ao 59-A); Título VII, Dos Crimes e Das Infrações Administrativas, Capítulo I e Capítulo II (artigos 225 a 258).
- 9) Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG: Resolução 45 de 05/11/2025
- 10) Regimento Geral do IFMG: Resolução nº 46 de 05/11/2025.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL, Lei n. 8.112/90 e suas alterações. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm.
- BRASIL, Lei n. 14.133/21 e suas alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
- BRASIL, Decreto n. 1.171/94 e suas alterações. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.
- BRASIL, Lei n. 11.091/2005 e suas alterações. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá

outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm.

- BRASIL, Lei n. 11.892/2008 e suas alterações. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações. (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações – Título I, Das Disposições Preliminares (artigos 1º ao 6); Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (artigos 53 ao 59-A); Título VII, Dos Crimes e Das Infrações Administrativas, Capítulo I e Capítulo II (artigos 225 a 258). (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm)
- ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - IFMG: Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG - Resolução 45 de 05/11/2025. (Disponível em <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/estruturaseregimentos/regimentos-1>)
- REGIMENTO GERAL DO IFMG: Regimento Geral do IFMG - Resolução nº 46 de 05/11/2025 (Disponível em <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/estruturaseregimentos/regimentos-1>)

CONTEÚDO ESPECÍFICO

TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conteúdo Programático para a Prova Objetiva conhecimentos específicos:

- 1) **Desenvolvimento de Sistemas:** Algoritmos e lógica de programação; estruturas de controle (sequência, decisão e repetição); tipos de dados; estruturas de dados básicas (vetores, matrizes, listas, pilhas e filas – conceitos); programação orientada a objetos (classes, objetos, atributos, métodos, encapsulamento, herança e polimorfismo); tratamento de exceções; boas práticas de codificação; desenvolvimento de aplicações web (arquitetura cliente-servidor); HTML5, CSS3 e JavaScript (conceitos e manipulação do DOM); APIs RESTful (criação, consumo, versionamento e documentação); métodos HTTP; formatos de dados (JSON e XML); autenticação e autorização (conceitos de sessão, token, JWT e OAuth); padrão MVC; integração com bancos de dados.
- 2) **Banco de Dados:** Modelo relacional; modelagem conceitual e lógica; normalização; integridade referencial; chaves primárias e estrangeiras; transações e propriedades ACID; linguagem SQL (DDL, DML, consultas com SELECT, junções, índices e visões); controle de acesso; backup e restauração; noções de desempenho e otimização de consultas; noções de bancos de dados NoSQL; integração e troca de dados entre sistemas.
- 3) **Engenharia de Software:** Ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas; levantamento e análise de requisitos; modelagem de sistemas; noções de UML (diagramas de casos de uso, classes e sequência); metodologias ágeis (Scrum e Kanban – conceitos); testes de software (unitário, integração e homologação –

conceitos); versionamento de código (conceitos); documentação técnica; princípios de qualidade de software e boas práticas de desenvolvimento.

Referências

- DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DUCKETT, Jon. HTML e CSS: design e construção de sites. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
- FLANAGAN, David. JavaScript: the definitive guide. 6. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2011.
- FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de Software: uma abordagem profissional. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.
- SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistemas de Banco de Dados. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
- TENENBAUM, Aaron M.; LANGSAM, Yedidyah; AUGENSTEIN, Moshe J. Estruturas de Dados Usando C. São Paulo: Makron Books, 1995.

TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Conteúdo Programático para a Prova Objetiva conhecimentos específicos:

- 1) **ORÇAMENTO PÚBLICO:** 1.1 Lei do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual. 1.2 Tipo de orçamento, créditos orçamentários e adicionais. 1.3 Receita Governamental: Conceito, Classificação da receita pública, Estágios da receita: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. 1.4 Despesa Governamental: Conceito e classificações da despesa pública orçamentária e extraorçamentária; Despesas obrigatórias de caráter continuado; Estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento. 1.5 Dívida ativa. 1.6 Restos a pagar. 1.7 Despesas de exercícios anteriores. 1.8 Descentralização de créditos. 1.9 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- 2) **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** 2.1 Licitações e Contratos Públicos. Conceito, Objetivos, Princípios, Fases da licitação, Modalidades de licitação, Tipos de licitação, Dispensa e Inexigibilidade (com base na Lei nº 14.133/2021). 2.2 Conhecimentos Básicos sobre o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). 2.3 Decreto nº 11.069/2022 - Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. 2.4 Regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional (IN SEGES 5/2017). 2.5 Cartão de Suprimentos de Fundos.
- 3) **CONTABILIDADE PÚBLICA:** 3.1 Conceito e campo de aplicação. A nova contabilidade aplicada ao setor público; o patrimônio público e o plano de contas aplicados ao setor público. 3.2 Procedimentos contábeis patrimoniais: composição do patrimônio público. Variações patrimoniais. Avaliação e mensuração de ativos e passivos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reavaliação, Redução ao Valor

Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão. Reflexo patrimonial das despesas de exercícios anteriores, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição. 3.3 Demonstrações contábeis conforme a lei nº 4.320/64 e suas alterações, NBC T SP 11 e com o MCASP.

- 4) **TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS:** 4.1 conceito de tributos (impostos, taxas, contribuições), tributos federais, estaduais e municipais. 4.2 Conhecimentos sobre retenções tributárias federais (IN RFB 1234/2012). 4.3 Conhecimentos sobre contribuições e retenções previdenciárias (IN RFB 2110/2022). 4.4 Conhecimentos sobre retenções de ISSQN e da Lei complementar 116/2003. 4.5 Conhecimentos sobre Microempreendedor Individual (MEI)/Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006). 4.6 Obrigações acessórias: conhecimentos sobre eSocial, EFD-Reinf, DCTF web, E-CAC. 4.7 Conhecimento sobre tipos de Notas Fiscais Eletrônicas.

Referências

- ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário / Ricardo Alexandre - 19ª Ed. Ver., atual. e ampl.. Salvador: Ed. Juspodivm, 2025.
- BRASIL. Decreto 11.069 de 10 de maio de 2022. Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11069.htm
- BRASIL. Decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm
- BRASIL. Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3590.htm
- BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>
- BRASIL. Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm
- BRASIL. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
- BRASIL. Lei Complementar 128 de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm
- BRASIL. Macrofunção 021121 - SUPRIMENTO DE FUNDOS. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/siafi/021121>
- BRASIL. Manual Técnico do Orçamento. 2025. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2025:mto2025.pdf>
- BRASIL: IN Instrução Normativa nº 1234/12 da Receita Federal do Brasil de 11 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações

federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. Disponível em:

<https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/37200>

- BRASIL: INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.043, de 12 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/119859>
- BRASIL: INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o acesso ao Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/123085>
- BRASIL: INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022. Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-rfb-n-2.110-de-17-de-outubro-de-2022-437619362>
- BRASIL: INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.237, de 4 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais DCTFWeb. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/141910>
- BRASIL: Lei Complementar nº 101 de 04 de março de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- BRASIL: Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm
- BRASIL: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
- BRASIL: SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 11 ed. Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp-1>
- Carvalho, Matheus. Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada / Matheus Carvalho, João Paulo Oliveira, Paulo Germano Rocha - 5ed. Ver, atua. e ampl.. Salvador: Editora JusPodivm, 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>
- Manual de Orientação do Contribuinte. Sistema de Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/exibirArquivo.aspx?conteudo=LrBx7WT9PuA=>

Belo Horizonte, 03 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Cristina Pereira, Pró-Reitor(a) de Gestão com Pessoas**, em 03/03/2026, às 18:01, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Bastos Teixeira, Reitor do IFMG**, em 05/03/2026, às 09:52, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2637140** e o código CRC **18077413**.

23208.000580/2026-51	2613461v1
----------------------	-----------